

Viação Piracicabana S.A.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2025

Ref.: Relatório nº 262RE-055-PB



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	3
Demonstrações financeiras	6
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025	14

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12º andar Itaim Bibi, São Paulo (SP)
Brasil
T +55 11 3886-5100
www.grantthornton.com.br

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Viação Piracicabana S.A.
Piracicaba – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Viação Piracicabana S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Viação Piracicabana S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Direitos de concessão

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, a Companhia viabiliza a operacionalização de linhas de transporte mediante direitos de concessão, sendo que algumas linhas de transporte intermunicipais estão sendo operadas através de contratos vigentes por prazo indeterminado (uma vez que estão vinculados à abertura de novas licitações públicas). As demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2025 foram elaboradas, pela administração, no pressuposto de continuidade operacional assumindo a manutenção dos respectivos contratos vigentes. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança sobre as demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

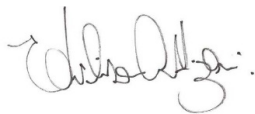
Como parte de auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 06 de março de 2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1



Edinilson Attizani
Contador CRC 1SP-293.919/O-7

Viação Piracicabana S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante		969.945	789.744
Caixa e equivalentes de caixa	3	161.431	187.806
Contas a receber	4	440.839	337.425
Estoques	5	8.672	8.709
Tributos a recuperar	6	40.231	27.250
Partes relacionadas	7	178.459	163.216
Adiantamentos		19.002	908
Outros créditos	10	121.311	64.430
Ativo não circulante		1.899.136	1.452.822
Realizável a longo prazo		184.702	214.678
Debêntures	9	42.182	28.213
Contas a receber	4	457	94
Partes relacionadas	7	51.128	127.243
Depósitos judiciais	8	11.108	11.401
Outros créditos	10	17.139	6.710
Tributos a recuperar	6	40.413	20.110
Tributos diferidos	29	22.275	20.907
Investimentos		1.983	2.395
Participações em controladas	11	1.621	2.033
Outros investimentos	-	362	362
Imobilizado	12	1.652.271	1.175.713
Intangível	13	60.180	60.036
Total do ativo		2.869.081	2.242.566

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Viação Piracicabana S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

Passivo e patrimônio líquido

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Passivo circulante		967.876	666.441
Empréstimos e financiamentos	14	433.650	250.390
Debêntures	14	26.836	86.549
Arrendamentos financeiros	16	109.293	62.644
Arrendamentos por direito de uso	16	24.502	14.527
Consórcio	15	21.206	16.778
Fornecedores	17	120.577	40.236
Obrigações risco sacado	18	82.152	61.862
Obrigações tributárias	19	10.426	10.690
Imposto de renda e contribuição social	-	-	303
Parcelamentos fiscais	20	17.877	22.800
Obrigações trabalhistas	21	92.201	76.571
Adiantamentos	-	17.991	11.493
Outras obrigações	22	10.795	11.575
Partes relacionadas	7	370	23
Passivo não circulante		1.346.724	1.135.727
Empréstimos e financiamentos	14	815.211	629.512
Debêntures	14	70.833	101.670
Arrendamentos financeiros	16	138.997	94.347
Arrendamentos por direito de uso	16	77.488	14.159
Consórcio	15	37.746	23.935
Fornecedores	17	13.127	19.734
Obrigações tributárias	19	38.324	49.073
Tributos diferidos	29	73.698	147.527
Parcelamentos fiscais	20	32.031	40.247
Outras obrigações	22	5.518	11.002
Partes relacionadas	-	37.166	-
Passivos contingentes	23	6.585	4.521
Patrimônio líquido	24	554.481	440.398
Capital social	24.1	263.842	263.842
Reserva legal	24.3	16.957	9.476
Reserva de incentivos fiscais	24.2	40.997	40.997
Retenção de lucros	24.3	232.685	126.083
Total do passivo e patrimônio líquido		2.869.081	2.242.566

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Viação Piracicabana S.A.

Demonstrações do resultado para os
exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Receita líquida	25	1.639.108	1.466.712
Custos	26	(1.201.571)	(1.040.485)
Lucro bruto		437.537	426.227
Receitas (despesas) operacionais	26	(176.558)	(177.769)
Despesas comerciais		(29.394)	(25.196)
Despesas gerais e administrativas		(189.745)	(179.082)
Outras receitas operacionais		42.581	26.509
Resultado sobre participações societárias		795	1.004
Resultado na alienação do imobilizado		86.935	51.431
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		348.709	300.893
Resultado financeiro	27	(274.289)	(169.534)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		74.420	131.359
Imposto de renda e contribuição social correntes	29	-	(9.981)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	29	75.197	(47.091)
Resultado líquido do exercício		149.617	74.287
Número de ações		166.844.393	166.844.393
Resultado líquido básico e diluído por ação (em reais)		0,90	0,45

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Viação Piracicabana S.A.

Demonstrações do resultado abrangente para os
exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Resultado líquido do exercício	149.617	74.287
Total dos resultados abrangentes do exercício	149.617	74.287

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Viação Piracicabana S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Capital social subscrito	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Retenção de lucros	Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2023		248.225	5.762	37.332	77.134	368.453
Aumento do capital		15.617	-	-	-	15.617
Resultado líquido do exercício		-	-	-	74.287	74.287
Ajuste de exercícios anteriores		-	-	-	(12)	(12)
Reserva legal		-	3.714	-	(3.714)	-
Distribuição de lucros - Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(16.739)	(16.739)
Resultado de incorporação		-	-	-	(1.255)	(1.255)
Subvenções governamentais		-	-	3.665	(3.618)	47
Saldos em 31 de dezembro de 2024	24	263.842	9.476	40.997	126.083	440.398
Resultado líquido do exercício		-	-	-	149.617	149.617
Reserva legal		-	7.481	-	(7.481)	-
Distribuição de lucros - Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(35.534)	(35.534)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	24	263.842	16.957	40.997	232.685	554.481

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Viação Piracicabana S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixas para os
exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Atividades operacionais		
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	74.420	131.359
Ajuste para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação	137.511	106.386
Amortização	4.230	4.816
Baixas de imobilizado	225.028	84.298
Provisão (Reversão) de contingências	2.064	(1.044)
Equivalência patrimonial	(795)	(1.004)
Juros e variações monetárias sobre debêntures	23.273	24.781
Juros e variações monetárias sobre endividamento	303.789	135.457
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(26)	(1.058)
Resultado ajustado	769.494	483.991
Variações no ativo	(221.381)	(53.250)
Estoques	37	(1.124)
Contas a receber	(103.751)	(21.590)
Tributos a recuperar	(32.556)	(9.779)
Depósitos	293	1.110
Adiantamentos	(18.094)	(627)
Outros créditos	(67.310)	(21.240)
Variações no passivo	85.736	52.486
Fornecedores	73.734	(16.851)
Obrigações risco sacado	20.290	42.086
Obrigações trabalhistas	15.630	9.700
Obrigações tributárias	(11.013)	1.489
Parcelamentos fiscais	(13.139)	17.691
Adiantamentos	6.498	3.319
Outras obrigações	(6.264)	(4.948)
Caixa líquido das atividades operacionais	633.849	483.227
Juros pagos	(212.690)	(122.009)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.031)	(6.643)
Caixa líquido das atividades operacionais	420.128	354.575
Atividades de investimento		
Debêntures a receber	(13.969)	(28.213)
Transações com partes relacionadas	60.872	21.766
Efeitos da incorporação	-	(1.255)
Dividendos recebidos	1.207	814
Aquisição de imobilizado	(839.097)	(425.164)
Aquisição no intangível	(4.374)	(3.914)
Caixa líquido das atividades de investimento	(795.361)	(435.966)

Viação Piracicabana S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixas para os
exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Atividades de financiamento		
Amortização de empréstimos e financiamentos	(351.012)	(239.746)
Captação de empréstimos e financiamentos	703.965	468.658
Amortização de debêntures	(82.953)	(130.696)
Captação de debêntures	-	120.000
Amortização de arrendamentos	(163.026)	(77.959)
Captação/Baixas de arrendamentos	221.666	54.899
Amortização de consórcio	(30.837)	(25.745)
Captação de consórcio	49.076	45.817
Transações com partes relacionadas	37.513	(3.396)
Dividendos	(35.534)	(16.739)
Aumento do capital	-	15.617
Caixa líquido das atividades de financiamento	348.858	210.710
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	(26.375)	129.319
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	187.806	58.487
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	161.431	187.806
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	(26.375)	129.319

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Viação Piracicabana S.A.

Demonstrações do valor adicionado para os
exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas	1.879.003	1.655.317
Receita dos serviços prestados	1.792.042	1.603.014
Outras receitas	86.935	51.245
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	26	1.058
Insumos adquiridos de terceiros	(583.172)	(535.900)
Custo dos serviços prestados	(433.260)	(408.940)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(149.403)	(125.293)
Perda / Recuperação de valores ativos	(509)	(1.667)
Valor adicionado bruto	1.295.831	1.119.417
Depreciação e amortização	(141.741)	(111.209)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	1.154.090	1.008.208
Valor adicionado recebido em transferência	59.007	37.239
Resultado de equivalência patrimonial	795	1.004
Receitas financeiras	15.827	6.847
Outras	42.385	29.388
Valor adicionado total a distribuir	1.213.097	1.045.447
Distribuição do valor adicionado:		
Pessoal	625.939	564.970
Remuneração direta	452.127	416.098
Benefícios	136.724	117.159
F.G.T.S	37.088	31.713
Impostos, taxas e contribuições	147.312	235.366
Federais	53.432	147.944
Estaduais	82.058	77.458
Municipais	11.822	9.964
Remuneração de capitais de terceiros	290.229	170.824
Juros	208.890	112.587
Aluguéis	11.329	7.034
Outras remunerações de capitais de terceiros	70.010	51.203
Remuneração de capitais próprios	149.617	74.287
Resultado líquido do exercício	149.617	74.287
	1.213.097	1.045.447

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

1.1. Sobre a Companhia

A Viação Piracicabana S.A., (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, pertencente à Comporte Participações S.A. (“Grupo Comporte”), com sede social localizada na Estrada Antônio Abdala, nº 235, Jardim Califórnia, no município de Piracicaba, no Estado de São Paulo. Fundada em 07 de janeiro de 1959, tem como atividade principal o transporte público coletivo de passageiros, sejam em linhas regulares ou sob forma de fretamento contínuo ou eventual, em qualquer parte do território nacional, sendo esse transporte de forma municipal, metropolitano, intermunicipal ou interestadual, conforme previsto na legislação em vigor.

A Companhia mantém suas permissões reguladas pelo poder Concedente, em que o Serviço Público de Transporte Rodoviário Intermunicipal é regulado pelo Poder Concedente Estadual, o Serviço Público de Transporte Rodoviário Municipal pelo Poder Concedente Municipal e Serviço Público de Transporte Rodoviário Coletivo do Distrito Federal pelo Poder Concedente Governo do Distrito Federal.

1.2. Contratos de Concessão

1.2.1. Concessões de Transporte Rodoviário – Âmbito - Intermunicipal e Municipal

A Companhia, presta serviços de transporte coletivo rodoviário nas modalidades intermunicipais, metropolitano e urbana.

- Serviços intermunicipais: operam sem prazo definido. Apesar da subordinação regulatória, os sistemas não passaram por processos licitatórios, e os estados não definiram as eventuais formas de outorga, exceto o estado de Minas Gerais, que firmou contratos de concessão com as operadoras por meio de licitação. Em Goiás, aplica-se regime semelhante ao dos serviços interestaduais, com outorga por autorização.

- Serviços metropolitanos e urbanos: os serviços metropolitanos no estado de São Paulo e demais serviços urbanos operam sob contratos de longo prazo, de até 30 anos, com possibilidade de prorrogação.

As prorrogações ocorrem naturalmente quando previstas em contrato, desde que a operadora cumpra requisitos previstos, geralmente satisfatório ao longo do período inicial do contrato, também, podem ocorrer por outras razões, conforme previsões legais.

1.3. Desempenho ambiental, social e de governança (ESG). (não auditado)

A Companhia demonstrou um forte compromisso com as diretrizes de Ambiental, Social e Governança (ASG), que abrange a modernização da frota, com adoção de padrões Euro VI, uso de telemetria e aprimoramento da eficiência no uso de recursos, com destaque para o reaproveitamento hídrico, a geração de energia fotovoltaica e a gestão de resíduos, bem como a implementação de programas de responsabilidade social, saúde e segurança para os colaboradores e mantém práticas de governança corporativa estruturadas e eficazes.

Ambiental

As unidades adotam um conjunto estruturado de iniciativas voltadas à redução de emissões atmosféricas e aumento da eficiência operacional da frota, incluindo: monitoramento de 100% dos veículos por telemetria, execução do Programa Ecodiesel para redução do consumo de diesel e mitigação de Gases de Efeito Estufa (GEE), renovação da frota com veículos tecnologia Euro VI, participação no Programa Despoluir com controle de opacidade, sistemas de reuso e captação de água, logística reversa de pneus, baterias e óleos, além da geração de energia solar fotovoltaica.

Social

As ações concentram-se na valorização, desenvolvimento e segurança de colaboradores e no relacionamento com a comunidade, por meio de: campanhas de segurança viária (Maio Amarelo), programas de saúde e qualidade de vida (SIPAT, campanhas preventivas, acompanhamento de saúde), capacitação contínua de motoristas, programas de jovens aprendizes, inclusão de Pessoas com Deficiência (PCDs), promoção da equidade de gênero, incentivo à educação e apoio a projetos comunitários e campanhas solidárias.

Governança

A governança é estruturada com foco em planejamento, controle de desempenho e conformidade regulatória, contemplando: definição de metas e indicadores (KPIs), monitoramento orçamentário, mapeamento de aspectos e impactos ambientais, criação de comitê de sustentabilidade, elaboração de relatório de sustentabilidade, programas de integridade e ética (onboarding e Código de Conduta), gestão de jornada de trabalho, modernização tecnológica e implementação de políticas públicas de mobilidade.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis materiais adotadas

A aprovação e autorização para a publicação destas demonstrações financeiras ocorreu na reunião do Conselho da Administração realizada em 06 de março de 2026.

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro da *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo possível, exceto quando indicado de outra forma.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa pelo método indireto foi preparada e está apresentada de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e reflete as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), elaborada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC09 – Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às companhias abertas. As IFRSs não requerem a apresentação dessa demonstração. Contudo, a fim de complementar as demonstrações financeiras, a Demonstração do Valor Adicionado está apresentada, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

2.2. Estimativas e premissas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em diversos métodos de avaliação que utilizam estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação dessas demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Os itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, as estimativas do valor recuperável dos terrenos e edificações, análise do risco de crédito para determinação das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para as demandas judiciais e administrativas.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas, anualmente.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.3. Políticas contábeis materiais

Aplicamos de modo consistente as principais políticas contábeis nos exercícios apresentados nas notas explicativas.

2.4. Normas e interpretações novas e revisadas

a) Revisadas e vigentes

Norma	Alteração	Vigência a partir de
CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	Tratamento contábil para ausência de conversibilidade/permutabilidade	1º de janeiro de 2025
OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	Reconhecimento, mensuração e divulgação de créditos de carbono, permissões de emissão e CBIOs, visando à consistência nas demonstrações financeiras e conexão com relatórios de sustentabilidade	1º de janeiro de 2025

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e concluiu que não há impactos relevantes nas demonstrações financeiras individuais.

b) Revisadas e não vigentes

Norma	Alteração	Vigência a partir de
IFRS S1 - Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade e IFRS S2 - Divulgações Relacionadas ao Clima	Requisitos gerais e específicos para divulgações de sustentabilidade e riscos climáticos	Adoção voluntária a partir de 2024; obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2026 ou posterior para companhias abertas (conforme cronograma CVM)
IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública de Divulgações (equivalente esperado no CPC)	Permite que as subsidiárias apliquem as normas IFRS com requisitos de divulgação reduzidos	1º de janeiro de 2027
CPC 48 e CPC 40 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	Clarificações sobre reconhecimento, desreconhecimento e novas divulgações para instrumentos financeiros	1º de janeiro de 2026
CPC 51 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis (equivalente à IFRS 18)	Nova estrutura do demonstrativo de resultado, princípios de agregação/desagregação e novas divulgações	1º de janeiro de 2027

A Administração da Companhia está monitorando essas normas e avaliará eventuais impactos quando da sua vigência.

3. Caixa e equivalentes de caixa

3.1. Política contábil

O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atenderem a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos. Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos financeiros de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor de mercado. A Companhia considera equivalente de caixa uma aplicação financeira de liquidez imediata.

Entretanto, saldos bancários a descoberto, decorrentes de empréstimos obtidos por meio de instrumentos como contas correntes garantidas que são liquidados em curto lapso temporal compõem parte integral da gestão de caixa da Companhia. Nessas circunstâncias, saldos bancários a descoberto são classificados no passivo circulante e incluídos como componente de caixa e equivalentes de caixa, na Demonstração dos Fluxos de Caixa, em cumprimento as especificações do Pronunciamento CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.2. Composição

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e bancos	72.565	16.605
Aplicações financeiras (a)	88.866	171.201
Totais	161.431	187.806

(a) Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 as aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, são representadas por títulos privados – Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e remuneradas por taxas pós-fixadas que variam em média 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). As remunerações compromissadas iniciam em 90% e o Invest. Plus remunera a uma taxa de 20% do CDI.

4. Contas a receber

4.1. Política Contábil

Os valores registrados em Contas a Receber representam os direitos contratuais da Companhia de receber valores de clientes, decorrentes da prestação de serviços no curso normal das operações.

Os saldos são inicialmente reconhecidos pelo valor nominal faturado, deduzidos dos impostos retidos na fonte e da provisão para Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD). Essa provisão reflete a estimativa contábil das perdas esperadas em função do risco de inadimplência de determinados clientes, que corresponde a estimativa contábil de crédito dos clientes que possuem risco considerável de não serem quitados. Para fins de provisão, o Grupo Comporte considera os títulos com vencimento superior a 180 dias como base para constituição da estimativa de perdas. Excepcionalmente, os créditos junto a órgãos públicos não são provisionados, uma vez que são tratados por meio de processos administrativos específicos junto aos respectivos entes governamentais.

4.2. Composição

	31/12/2025	31/12/2024
Órgãos públicos (a)	279.026	212.931
Fretamentos	120.036	102.614
Turismo	27.007	5.297
Administradores de cartões de crédito	12.295	15.029
Outras	2.669	25
Rodoviário	660	2.117
Urbano	605	497
Aluguéis de imóveis	4	4
Serviço Administrativo	-	36
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(1.006)	(1.031)
Total	441.296	337.519
Circulante	440.839	337.425
Não circulante	457	94
Total	441.296	337.519

(a) Em 31 de dezembro de 2025, o saldo apresentado corresponde a R\$ 278.933 (R\$ 212.811 em 31 de dezembro de 2024), junto à SEMOB – Secretaria de Estado de Mobilidade do Distrito Federal, referente ao sistema de transporte coletivo de Brasília-DF.

A seguir apresentamos o *aging list* do contas a receber, conforme saldo apresentado acima:

	31/12/2025	31/12/2024
Total a vencer	134.575	114.845
Vencidos		
Em até 01 mês	74.171	37.365

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2025	31/12/2024
De 01 a 06 meses	126.791	46.074
De 06 a 12 meses	16.053	90
De 01 a 02 anos	41.343	106.896
Acima de 02 anos	49.369	33.280
Total	442.302	338.550
(-) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(1.006)	(1.031)
Total líquido da PECLD	441.296	337.519
Circulante	440.839	337.425
Não circulante	457	94
Total	441.296	337.519

Movimentação das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	(1.031)	(2.089)
(-) Adições	(19)	(495)
(+) Reversões	44	1.553
Saldo final	(1.006)	(1.031)

Baixa de títulos considerados incobráveis

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

5. Estoques**5.1. Política contábil**

Os estoques são representados por materiais de consumo e manutenção, mantidos para garantir a disponibilidade imediata e reduzir o custo operacional. Em sua maioria, referem-se a peças de reposição, materiais de carrocerias e combustíveis utilizados para prestação de serviços e na manutenção preventiva dos veículos operacionais. Os estoques são reconhecidos pelo custo de aquisição, deduzidos dos impostos recuperáveis, da provisão para materiais obsoletos e dos ajustes a valor presente das operações que envolvem risco sacado, quando aplicável, de forma a refletir o valor realizável líquido. A realização dos estoques é efetuada pelo custo médio ponderado (Média Ponderada Móvel (MPM)), método que reflete o custo médio unitário dos materiais ao longo do período.

Os materiais obsoletos são representados a itens sem giro há mais de 180 dias, exceto aqueles de baixo giro, que devem ser analisados individualmente. A provisão de obsolescência é devidamente registrada nas demonstrações financeiras com base nesse critério, não havendo movimentação física dos estoques. A baixa desses itens é efetuada somente quando da sua venda como sucata.

5.2. Composição

O saldo desse grupo é composto por itens mantidos nas garagens para o abastecimento e manutenção preventiva e corretiva da frota.

	31/12/2025	31/12/2024
Peças e acessórios	3.330	3.748
Combustíveis	2.405	2.121
Pneus e câmaras	1.713	1.315
Lubrificantes	1.342	1.165

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2025	31/12/2024
Materiais de carrocerias	319	389
Outros materiais de almoxarifado	110	128
Material de Expediente e Informática	-	10
(-) Ajuste a valor presente de estoque (a)	(547)	(167)
Total	8.672	8.709

(a) A taxa aplicada na Nota Explicativa nº 18.

6. Tributos a recuperar

6.1. Política contábil

Os tributos a recuperar são registrados com base nos valores efetivamente recolhidos ou retidos pela Companhia, cuja recuperação é considerada provável, observando a legislação vigente. Esses créditos incluem, entre outros, saldos de PIS, Cofins, ICMS, ISS e IRPJ/CSLL pagos a maior ou passíveis de compensação com tributos futuros.

Os valores são classificados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a expectativa de realização, e são periodicamente avaliados quanto à sua recuperabilidade. Reduções ao valor recuperável são reconhecidas quando identificada a necessidade de provisão para perdas sobre créditos não realizáveis.

6.2. Composição

	31/12/2025	31/12/2024
ICMS Créditos de Ativo Imobilizado (a)	62.910	40.230
IRRF sobre serviço prestado (b)	12.586	6.268
IRPJ saldo negativo	1.956	3
INSS sobre serviço prestado	1.386	766
CSLL saldo negativo	745	-
IRRF sobre aplicações	468	-
Cofins sobre serviço prestado	349	41
CSLL sobre serviço prestado	99	-
Impostos e contribuições a compensar/recuperar	71	45
PIS sobre serviço prestado	67	-
Outros impostos e contribuições	7	7
Total	80.644	47.360
Circulante	40.231	27.250
Não circulante	40.413	20.110
Total	80.644	47.360

(a) Em conformidade com a legislação vigente, a Companhia realiza o aproveitamento de crédito de ICMS incidentes sobre aquisições de bens destinados ao ativo imobilizado, utilizados nas atividades operacionais, quando permitido pelo regime tributário. Tais créditos são apropriados de forma proporcional, conforme determinado na legislação estadual aplicável, em até 48 (quarenta e oito) parcelas mensais, a partir do mês seguinte ao da entrada em operação do bem. Os valores a recuperar são registrados no ativo circulante ou não circulante, conforme expectativa de realização.

(b) O aumento do saldo de IRRF refere-se ao imposto retido sobre serviços prestados a órgãos públicos, em razão do crescimento da receita das linhas urbanas no exercício de 2025.

7. Partes relacionadas

7.1. Resumo dos saldos patrimoniais e das transações entre partes relacionadas

7.1.1. Política contábil

As transações com partes relacionadas são reconhecidas e divulgadas conforme o Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) – Divulgação sobre partes relacionadas. São consideradas partes relacionadas pessoas físicas ou jurídicas que detenham controle, controle conjunto, influência significativa ou que integrem a administração da Companhia.

A Companhia registra essas transações com base nos valores acordados entre as partes e divulga nas demonstrações financeiras os principais saldos e transações do exercício, bem como a remuneração dos administradores, quando aplicável.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7.1.2. Composição

Ativo	Relacionamentos	Debêntures (a)		Mútuos (b)		Cessão (c)		Outros créditos (d)		Total geral	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Aller Participações S.A.	Coligada	-	-	-	-	-	817	-	-	-	817
Blumob Conc. de Transp. Urbano de Blumenau SPE Ltda.	Investida	-	-	-	-	-	-	237	32	237	32
BR Mobilidade Baixada Santista SPE S.A.	Investida	-	-	-	-	-	-	44	198	44	198
Comporte Participações S.A.	Controladora Direta	-	-	67.098	-	-	-	111.289	216.943	178.387	216.943
Expresso Itamarati S.A.	Coligada	-	-	-	-	-	-	-	343	-	343
Expresso Maringá do Vale S.A.	Coligada	-	-	-	-	-	-	-	12	-	12
Expresso Nossa Senhora da Penha Ltda.	Coligada	-	-	32.660	-	-	-	-	-	32.660	-
Expresso União Ltda.	Coligada	-	-	8.389	-	-	-	-	-	8.389	-
Gol Linhas Aéreas S.A.	Coligada	-	-	-	-	-	-	11	10	11	10
Limmat Participações S.A.	Coligada	-	-	-	-	-	817	-	-	-	817
Patrimony Administradora de Bens S.A.	Coligada	-	-	-	-	-	16.260	-	-	-	16.260
Super Quadra Empreendimentos Imobiliários S.A.	Coligada	-	46.021	-	1.120	-	-	-	-	-	47.141
Thurgau Participações S.A.	Coligada	-	-	-	-	-	817	-	-	-	817
Transporte Coletivo Grande Bauru Ltda.	Coligada	-	-	1.200	-	-	-	17	-	1.217	-
Turb Transporte Urbano S.A.	Coligada	-	-	8.642	5.298	-	-	-	-	8.642	5.298
Vaud Participações S.A.	Coligada	-	-	-	-	-	817	-	-	-	817
Viação Luwasa Ltda.	Coligada	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1
TIC Trens S.A.	Coligada	-	-	-	-	-	-	-	953	-	953
Total		-	46.021	117.989	6.418	-	19.528	111.598	218.492	229.587	290.459
Circulante		-	-	67.098	-	-	18.305	111.361	144.911	178.459	163.216
Não circulante		-	46.021	50.891	6.418	-	1.223	237	73.581	51.128	127.243
Total		-	46.021	117.989	6.418	-	19.528	111.598	218.492	229.587	290.459

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivo	Relacionamentos	Mútuos (b)		Outras obrigações (d)		Total geral	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
BR Mobilidade Baixada Santista SPE S.A.	Controlada	-	-	20	23	20	23
Empresa Princesa do Norte S.A.	Coligada	8.163	-	-	-	8.163	-
Mobitrans Administração, Engenharia e Participações S.A.	Coligada	29.353	-	-	-	29.353	-
Total		37.516	-	20	23	37.536	23
Circulante		350	-	20	23	370	23
Não circulante		37.166	-	-	-	37.166	-
Total		37.516	-	20	23	37.536	23

(a) O saldo de R\$ 46.021 em 31 de dezembro de 2024 foi reclassificado em 30 de junho de 2025, para a rubrica específica de debêntures (Nota Explicativa nº 9.2), com o objetivo de melhor refletir na estrutura da dívida da Companhia.

(b) Mútuos: a Companhia mantém operações de mútuos sem prazo de vencimento e sem incidência de juros;

(c) Cessão: trata-se de cessões de ações e quotas entre as empresas do mesmo grupo econômico; e

(d) Outros créditos/outras obrigações: inclui compartilhamento de custos de despesas, provisão de dividendos e serviços administrativos entre as empresas do mesmo grupo econômico.

Risco sacado

Conforme Nota explicativa nº 17, a Companhia mantém parcerias com instituições financeiras, como a Pagol¹, para a antecipação de pagamentos relacionados à aquisição de produtos junto ao fornecedor Vibra Energia S.A.

¹ **Partes relacionadas.**

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7.1.2.1. Transações com partes relacionadas com efeitos no resultado do exercício

A seguir, demonstramos o reflexo no resultado do exercício proveniente das operações com partes relacionadas:

	Tipo de operação	Custos		Receitas (despesas) operacionais		Resultado financeiro	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
		Aller Participações S.A.	Reembolso	-	-	-	1.172
BR Mobilidade Baixada Santista SPE S.A.	Compartilhamento de custos / reembolso	(829)	(882)	888	553	-	-
BR Vias Holding VRD	Juros	-	-	-	-	3.498	1.473
CMP Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Aluguel	(2.086)	(1.896)	-	-	-	-
Comporte Participações S.A.	Rateio de despesas administrativas	-	-	(6.226)	(5.679)	-	-
Empresa de Ônibus Nossa Senhora da Penha S.A.	Compartilhamento de despesas / reembolso / Locação de veículos	-	-	-	2.390	-	-
Empresa Princesa do Norte S.A.	Compartilhamentos de custos e despesas / Locação de veículos / Reembolso	(2.018)	(815)	5.359	1.341	-	-
Engetrens Serviços de Engenharia e Projetos Ltda	Reembolso de despesas	-	-	3.627	-	-	-
Expresso Itamarati S.A.	Compartilhamentos de despesas / Locação de veículos / Reembolso	-	-	1.275	1.340	-	-
Expresso União Ltda.	Aluguel / Compartilhamentos de despesas / Locação de veículos / Reembolso	-	-	1.456	2.027	-	-
Expresso Nossa Senhora da Penha Ltda.	Compartilhamentos de despesas / locação de veículos / reembolso	-	-	1.203	-	-	-
Mobifácil Serviços, Tecnologia e Participações Ltda.	Compartilhamento de despesas	-	-	-	547	-	-
Mobitrans Administração, Engenharia e Participações S.A.	Aluguel / Serviços administrativos	(11.504)	(10.458)	(2.323)	(2.128)	-	-
Patrimony Administradora de Bens S.A.	Aluguel / Reembolso	(12.808)	(10.532)	(1.911)	(1.600)	-	-
Quality Bus Comércio de Veículos Ltda	Compartilhamento de despesas / Comissão	-	-	(13.921)	-	-	-
Solidum Serviços e Consultoria Técnica Ltda	Reembolso	-	-	5.459	-	-	-
Thurgau Participações S.A.	Reembolso	-	-	-	570	-	-
Titanium Administração de Bens Ltda	Aluguel	(1.570)	(1.070)	-	-	-	-
Tic Trens S.A.	Rateio de despesas administrativas	-	-	2.392	1.368	-	-
Transporte Coletivo Grande Bauru Ltda.	Compartilhamentos de custos	(562)	-	-	-	-	-
Vaud Participações S.A.	Compartilhamento de despesas	-	-	597	1.033	-	-
Total		(31.377)	(25.653)	(2.125)	2.934	3.498	1.473

7.2. Remuneração dos administradores

A remuneração dos administradores da Companhia foi registrada na rubrica “Despesas Gerais e Administrativas”, no montante de R\$ 2.622 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 3.451 em 31 de dezembro de 2024).

8. Depósitos judiciais

8.1. Política contábil

São valores depositados pela Companhia em juízo como garantia de processos judiciais e ou administrativos, e estão relacionados a contingências tributárias, cíveis e trabalhistas.

Tais depósitos são registrados no ativo não circulante, quando há expectativa de sua recuperação, independentemente da classificação da provisão correspondente.

8.2. Composição

	31/12/2025	31/12/2024
Trabalhistas	3.524	3.601
Cíveis	4.375	4.362
Penhora de crédito	1.531	1.755
Tributário	1.678	1.683
Total	11.108	11.401

9. Debêntures

9.1. Política contábil

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido dos custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos.

Os rendimentos auferidos são apropriados ao resultado ao longo do prazo dos instrumentos, com base na taxa efetiva de retorno.

9.2. Composição

O saldo de R\$ R\$ 42.182 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 28.213 em 31 de dezembro de 2024) refere-se às subscrições de debêntures simples, não conversíveis em ações, realizadas pelas Companhia.

Essas debêntures foram emitidas pelas empresas BR Vias Holding VRD e Super Quadra Empreendimentos Imobiliários S.A., conforme demonstrado a seguir.

• BR Vias

A Companhia subscreveu debêntures simples, não conversíveis em ações, emitidas pela BR Vias Holding VRD.

O saldo dessas debêntures totaliza R\$ 31.711 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 28.213 em 31 de dezembro de 2024), segue detalhamento no quadro a seguir:

Emissora	BR Vias Holding VRD S.A.	
	3ª Emissão	4ª Emissão
Série	Única	Única
Valor da emissão	16.600.000,00	100.000.000,00
Quantidade de emissão	16.600	100.000
Valor unitário	1.000,00	1.000,00
Data da emissão	15/07/2019	14/01/2022
Data de vencimento	15/04/2036	15/04/2036
Amortização das parcelas	Semestral	Semestral
Espécie	Quirografária	Quirografária
Taxa de juros a.a. %	103% DI	103% DI

• Super Quadra

A Companhia subscreveu debêntures privadas emitidas pela empresa coligada Super Quadra Empreendimentos Imobiliários S.A. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo dessas debêntures totaliza em R\$ 10.471 (R\$ 46.021 em 31 de dezembro de 2024, classificado na rubrica de partes relacionadas, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 7.1).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As debêntures encontram-se vencidas. O objetivo principal da emissão era financiar o lançamento do empreendimento “Quadra 500”, que foi viabilizado e teve a sua comercialização iniciada em novembro de 2020. A Super Quadra Empreendimentos Imobiliários S.A. comprometeu-se a liquidar as debêntures com base no fluxo de caixa gerado pelas unidades vendidas. Em 2025, a Companhia recebeu o montante de R\$ 35.550, a título de amortização das debêntures.

Emissora Descrição Controladas	Super Quadra Empreendimentos Imobiliários S.A.			
	2ª Emissão			3ª Emissão
	Piracicabana	Piracicabana	Piracicabana	Piracicabana
Série	1ª Série	2ª Série	3ª Série	Única
Valor da emissão	23.000.000,00	9.530.000,00	7.470.000,00	22.000.000,00
Quantidade de emissão	23.000	9.530	7.470	22.000
Valor unitário	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
Data da emissão	25/10/2015	30/11/2015	31/12/2015	05/01/2016
Espécie	Quirografária	Quirografária	Quirografária	Quirografária
Taxa de juros a.a. %	100% DI + 6%	100% DI + 6%	100% DI + 6%	100% DI + 6%

10. Outros créditos**10.1. Política contábil**

Os Outros Créditos compreendem valores a receber e ativos registrados no ativo circulante e não circulante, que não fazem parte da atividade operacional da Companhia. Referem-se a valores decorrentes de vendas de bens ou prestação de outros serviços, adiantamentos e despesas pagas antecipadamente.

Esses ativos são avaliados periodicamente, e eventuais perdas por não recuperabilidade são reconhecidas diretamente no resultado do exercício, conforme avaliação da administração.

10.2. Composição

	31/12/2025	31/12/2024
Outras contas a receber	14.635	9.963
Alienação de bens (a)	113.273	52.521
Despesas antecipadas	5.384	4.175
Adiantamentos a funcionários	4.797	4.369
Seguros	360	108
Aluguéis a receber	1	4
Total	138.450	71.140
Circulante	121.311	64.430
Não circulante	17.139	6.710
Total	138.450	71.140

(a) A variação observada decorre da alienação de bens do ativo imobilizado, sobre os veículos pertencentes à frota da Companhia.

11. Investimentos**11.1. Política contábil**

Os investimentos são avaliados com base no método da equivalência patrimonial. Inicialmente os investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, que inclui os gastos diretamente relacionados à transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras refletem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício até a data em que a influência significativa ou o controle deixam de existir.

Quando necessário, são realizados ajustes para alinhar as políticas contábeis adotadas pela Companhia.

Os resultados de participação societária são apresentados na demonstração de resultado da Companhia como equivalência patrimonial, na proporção do resultado atribuível aos acionistas ou cotistas.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11.2. Movimentação dos investimentos

Investimentos	31/12/2024	Resultado de equivalência	Dividendos recebidos	31/12/2025	Participação %	Patrimônio líquido em 31/12/2025
Blumob Conc. De Transp. Urbano de Blumenau SPE Ltda.	484	168	(237)	415	1,00%	41.548
BR Mobilidade Baixada Santista SPE S.A.	1.549	627	(970)	1.206	1,00%	120.581
Total de Investimentos	2.033	795	(1.207)	1.621		

Embora a Companhia detenha participação societária nessas empresas, não possui controle e, conseqüentemente, não consolida suas demonstrações financeiras.

11.3. Saldos patrimoniais e de resultado das controladas

Investimento em Controladas	Ativos circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Receitas líquidas	Custos e despesas	Lucro líquido (prejuízo) do exercício
Blumob Conc. De Transp. Urbano de Blumenau SPE Ltda.	23.270	107.165	36.058	52.829	41.548	145.485	(162.302)	16.817
BR Mobilidade Baixada Santista SPE S.A.	83.250	329.144	164.201	127.612	120.581	428.935	(491.664)	62.729

12. Imobilizado

12.1. Política Contábil

Os bens integrantes do ativo imobilizado são registrados pelo custo histórico de aquisição ou formação, deduzido da depreciação acumulada e de eventuais perdas por redução do valor recuperável.

A depreciação tem início quando os bens estão disponíveis para uso, sendo calculada e reconhecida na demonstração do resultado pelo método linear, ao longo da vida útil estimada dos bens, que varia entre 5 e 8 para ônibus urbanos, ônibus rodoviários, micro-ônibus e vans.

Os principais fatores considerados na determinação da vida útil dos veículos da frota da Companhia são as informações fornecidas pelos fabricantes, o nível de operação dos veículos, qualidade da manutenção preventiva e corretiva, e perspectivas de desatualização tecnológica dos bens.

As taxas médias de depreciação anuais, que consideram a vida útil econômica estimada dos bens, são apresentadas a seguir:

	Vida útil % ao ano	
	31/12/2025	31/12/2024
Veículos de passageiros (ônibus, micro-ônibus e vans)	7%	7%
Benfeitorias em propriedades de terceiros	10%	10%
Máquinas, aparelhos e equipamentos	10%	10%
Edificações e melhoramentos	4%	4%
Equipamentos de processamento de dados	20%	20%
Veículos de apoio	20%	20%
Móveis e utensílios	10%	10%
Equipamentos de comunicação	10%	10%
Instalações	10%	10%

Um item de imobilizado é baixado ou transferido para ativos disponíveis para venda, quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso. Eventual ganho ou perda resultante da transferência de titularidade do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor líquido contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado na rubrica “Resultado na alienação de imobilizado”, no exercício que o ativo ocorrer a baixa.

O valor residual de recuperação com a venda e o valor depreciável, são estimados por tipo de veículo e histórico de renovação de frota e em avaliação interna da Companhia. A seguir, apresentam-se os percentuais utilizados:

	Valor residual	Valor depreciável
Veículos de passageiros		
Ônibus urbanos	45%	55%
Ônibus rodoviários	45%	55%
Vans e micro-ônibus	60%	40%

Revisão da estimativa da vida útil dos ativos imobilizados

Em 2022, os avaliadores internos emitiram um laudo de avaliação, analisando a frota atual e o tempo médio de renovação. Através desta revisão das estimativas de vida útil e valor residual da frota não revelou necessidade de alterações. Em 2024 e 2025, a Companhia revisitou as premissas e os dados utilizados nesse laudo e, após nova análise das estimativas de vida útil e do valor residual da frota, não foi identificado a necessidade de alterações.

Revisão do valor recuperável dos ativos

O valor residual do ativo imobilizado é analisado anualmente para verificar possível perda no seu valor recuperável.

Com exceção da frota de veículos, não são atribuídos valores residuais aos demais itens integrantes do ativo imobilizado, uma vez que, quando realizados por venda, possuem valores residuais irrelevantes.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não identificou indicadores de que determinados ativos imobilizados estivessem acima de seu valor recuperável e, conseqüentemente, nenhuma provisão para perda de valor recuperável (“impairment”) dos ativos imobilizados se fez necessária.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12.2. Demonstração do valor contábil líquido do imobilizado

Imobilizado de uso	31/12/2024				31/12/2025						
	Custo	Depreciação acumulada	Saldo inicial líquido	Adições de bens (b)	Depreciação	Baixas	Transferências	Outros	Saldo final líquido	Custo	Depreciação acumulada
Veículos de passageiros - Próprios	1.227.927	(271.849)	956.078	492.635	(92.458)	(92.875)	72.199	-	1.335.579	1.634.357	(298.778)
Veículos de passageiros - Mais valia	1.553	(400)	1.153	-	(71)	(422)	-	-	660	982	(322)
Edificações e melhoramentos - Próprios	26	(3)	23	-	(1)	-	-	-	22	26	(4)
Edificações e melhoramentos - Direito de uso	87.273	(61.969)	25.304	149.556	(28.493)	(49.322)	-	-	97.045	141.288	(44.243)
Veículos de carga	2.576	(323)	2.253	220	(267)	-	-	-	2.206	2.812	(606)
Benfeitorias em propriedades de terceiros	46.243	(26.416)	19.827	655	(3.699)	-	1.603	-	18.386	48.500	(30.114)
Máquinas, aparelhos e equipamentos	32.227	(20.352)	11.875	1.269	(2.493)	-	-	-	10.651	33.496	(22.845)
Obras em andamento	8.769	-	8.769	9.326	-	-	(1.603)	-	16.492	16.492	-
Equipamentos de processamento de dados	12.948	(8.886)	4.062	5.138	(1.570)	-	-	-	7.630	18.086	(10.456)
Veículos de apoio	5.442	(2.097)	3.345	1.031	(1.014)	(362)	-	-	3.000	5.725	(2.725)
Móveis e utensílios	5.677	(4.032)	1.645	1.272	(316)	-	-	-	2.601	6.950	(4.349)
Equipamentos de comunicação	2.354	(1.402)	952	1.286	(181)	-	-	-	2.057	3.640	(1.583)
Terrenos	407	-	407	-	-	-	-	-	407	407	-
Instalações	461	(126)	335	4	(43)	-	-	-	296	466	(170)
Aeronaves	69.050	(12.084)	56.966	21.173	(6.905)	-	-	-	71.234	90.223	(18.989)
Veículos em fase de montagem	73.365	-	73.365	60.665	-	-	(72.199)	-	61.831	61.831	-
Consórcio de veículos (a)	9.354	-	9.354	94.867	-	-	-	(82.047)	22.174	22.174	-
Total	1.585.652	(409.939)	1.175.713	839.097	(137.511)	(142.981)	-	(82.047)	1.652.271	2.087.455	(435.184)

(a) O valor refere-se ao saldo a pagar no momento da contemplação, ocasião em que são reconhecidos passivo circulante e não circulante correspondente ao valor devido da cota contemplada.

(b) O aumento nas adições de bens registrados no exercício de 2025 decorre, principalmente, dos investimentos realizados na renovação e ampliação da frota de veículos de passageiros próprios.

13. Intangível

13.1. Política contábil

Os ativos intangíveis são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo dos ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição.

Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, exceto os custos de desenvolvimento não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

i) Direitos de concessão

A Companhia opera serviços de transporte coletivo de passageiros por meio de contratos de concessão firmados com os poderes concedentes.

Os direitos de concessão decorrentes desses contratos são registrados como ativo intangível, a título de outorga, e amortizados pelo método linear ao longo do prazo de vigência do contrato, sendo o valor correspondente reconhecido como custo de amortização na demonstração do resultado.

ii) Softwares

Os softwares são classificados como intangíveis com vida útil definida e, portanto, amortizados ao longo da vida útil econômica, sendo avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

O período e o método de amortização são revisados ao final de cada exercício social e as mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis.

A amortização é reconhecida na demonstração do resultado como despesa, de forma consistente com a utilização do ativo intangível, à taxa de 20% ao ano.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13.2. Demonstração do valor contábil líquido do intangível

O ativo intangível é composto principalmente pelas linhas de transporte de passageiros, municipal e rodoviário. Todos são amortizados de forma linear pelo prazo determinado em seus contratos.

Intangível	31/12/2024				31/12/2025			
	Custo	Amortização acumulada	Saldo inicial líquido	Adições de bens	Amortização	Saldo final líquido	Custo	Amortização acumulada
Direito de concessão	2.678	(1.178)	1.500	-	(133)	1.367	2.677	(1.310)
Softwares	28.525	(15.434)	13.091	124	(3.965)	9.250	28.650	(19.400)
Ágio na combinação de negócios	40.892	-	40.892	-	-	40.892	40.892	-
Mais Valia na combinação de negócios	3.308	(353)	2.955	-	(132)	2.823	3.308	(485)
Intangível em desenvolvimento	1.598	-	1.598	4.250	-	5.848	5.848	-
Total	77.001	(16.965)	60.036	4.374	(4.230)	60.180	81.375	(21.195)

14. Empréstimos, financiamentos e debêntures

14.1. Política contábil

Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa efetiva de juros.

O saldo é representado substancialmente por contratos na modalidade Finame, firmados por empresas do segmento de Transporte Rodoviário de Passageiros para renovação de suas frotas.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14.2. Composição dos empréstimos e financiamentos

Modalidade	Taxa média a.a.	Estrutura taxa média	31/12/2024	Captação	Amortização	Juros pagos	Juros apropriados	Variação monetária	31/12/2025
Em moeda nacional									
Finame (FIN)	16,23%		196.607	167.574	(64.386)	(31.581)	34.042	3.625	305.881
Capital de giro (KGI)	19,34%	CDI/pré-fixado	343.533	324.862	(211.430)	(71.986)	71.649	24	456.652
Crédito Direto ao Consumidor (CDC)	17,94%	CDI/pré-fixado	153.355	33.594	(50.256)	(12.750)	21.192	99	145.234
Nota Comercial (NCO)	20,33%	CDI	50.726	177.935	(11.093)	(20.550)	21.597	353	218.968
Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs)	20,15%	CDI	135.681	-	(13.847)	(21.826)	22.118	-	122.126
Total			879.902	703.965	(351.012)	(158.693)	170.598	4.101	1.248.861
Circulante			250.390	477.107	(351.012)	(158.693)	211.757	4.101	433.650
Não circulante			629.512	226.858	-	-	(41.159)	-	815.211
Total			879.902	703.965	(351.012)	(158.693)	170.598	4.101	1.248.861

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os contratos das modalidades de empréstimos e financiamentos possuem garantias conforme mencionados a seguir:

Modalidade	Garantias
Empréstimos - Capital de giro	Sócios como garantidores
Financiamentos	Alienação fiduciária dos bens financiados

Garantias

Os veículos de passageiros próprios possuem parcialmente garantias e está composto pelo montante de R\$ 760.992. No momento de sua aquisição eles são alienados fiduciariamente aos contratos de empréstimos e financiamentos.

A seguir apresentamos a composição do saldo de empréstimos e financiamentos por vencimento (*aging list*):

	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	Total
Finame (FIN)	90.293	92.798	72.884	42.939	6.967	-	-	305.881
Capital de giro (KGI)	161.830	97.590	92.094	47.096	32.823	24.755	464	456.652
Crédito direto ao consumidor (CDC)	84.054	34.808	13.783	9.168	3.421	-	-	145.234
Nota Comercial (NCO)	76.079	68.972	42.342	21.720	9.855	-	-	218.968
Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs)	21.394	25.852	28.526	26.743	19.611	-	-	122.126
Total	433.650	320.020	249.629	147.666	72.677	24.755	464	1.248.861

Cláusula restritivas

Os contratos de empréstimos e financiamentos possuem cláusulas restritivas as quais foram cumpridas pela Companhia em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

14.3. Composição das debêntures

Debêntures	Taxa média	Estrutura taxa média	Juros				
	a.a.		31/12/2024	Amortização	Juros pagos	apropriados	31/12/2025
3ª Emissão	0,00%	CDI	6.224	(6.286)	(62)	124	-
4ª Emissão	18,78%	CDI	54.346	(50.000)	(4.919)	4.782	4.209
6ª Emissão	19,09%	CDI	127.649	(26.667)	(25.889)	18.367	93.460
Total			188.219	(82.953)	(30.870)	23.273	97.669
Circulante			86.549	(52.116)	(30.870)	23.273	26.836
Não circulante			101.670	(30.837)	-	-	70.833
Total			188.219	(82.953)	(30.870)	23.273	97.669

A seguir apresentamos a composição do saldo de debêntures por vencimento (*aging list*):

	2026	2027	2028	2029	Total
Debêntures	26.836	30.779	26.703	13.351	97.669
Total	26.836	30.779	26.703	13.351	97.669

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Segue o detalhamento da debênture emitida pela Companhia:

Emissora			
Descrição	4ª Emissão	6ª Emissão	
Coordenador líder (banco)	BB BCO de investimento S.A.	Banco Safra S.A.	
Agente fiduciário	Oliveira Trust DTVM S.A.	Oliveira Trust DTVM S.A.	
Série	Única	Única	
Valor da emissão	200.000.000,00	120.000.000,00	
Quantidade de emissão	20.000	120.000	
Valor unitário	10.000,00	1.000,00	
Data da emissão	21/01/2020	28/06/2024	
Data de vencimento	21/01/2026	28/06/2029	
Amortização das parcelas	Mensal	Mensal	
Espécie	Flutuante	Quirografária	
Identificação	VPRC14	VPRC15	
Taxa de juros a.a. %	100% DI + 2,95%	100% DI + 3,65%	

Vencimento antecipado - Cláusulas restritivas (“covenants”)

As debêntures emitidas pela Companhia possuem cláusulas restritivas que preveem o vencimento antecipado em caso de descumprimento de determinadas obrigações contratuais, incluindo, entre outras, inadimplemento de obrigações financeiras, eventos de insolvência, reorganizações societárias relevantes, alterações do controle acionário, destinação inadequada dos recursos da emissão, distribuição de dividendos acima dos limites contratuais e o não atendimento de índice financeiro estabelecido em contrato.

A Companhia avaliou todas as cláusulas relacionadas ao vencimento antecipado e entende que em 31 de dezembro de 2025 encontra-se adimplente com todas as condições estipuladas contratualmente.

Garantias

As debêntures emitidas pela Companhia, contam com garantia de privilégio geral sobre os ativos da emissora, sem qualquer impedimento à negociação ou oneração desses bens e;

As debêntures contarão com hipoteca os imóveis de propriedade da Limmat Participações S.A., da Sunset Investimentos Imobiliários Ltda., e da Patrimony Administradora de Bens S.A.

15. Consórcio**15.1. Política contábil**

As cotas de consórcio ainda não contemplados são registradas no ativo como adiantamento de consórcio, pelo valor pago mensalmente. No momento da contemplação, reconhecemos o bem registrando os ativos alienados a cada cota no ativo imobilizado da Companhia, e registrando um passivo circulante e não circulante do valor a pagar da cota contemplada. As cotas contempladas e não utilizadas sofrem correção a base mínima de 90% CDI. As despesas com taxas de administração, são registradas no resultado financeiro em despesas financeiras.

15.2. Composição

Modalidade	Taxa média a.a.	Estrutura taxa média	31/12/2024	Captação	Amortização	31/12/2025
Em moeda nacional						
Consórcios	12,50%	Taxa administrativa	40.713	49.076	(30.837)	58.952
Total			40.713	49.076	(30.837)	58.952
Circulante			16.778	35.265	(30.837)	21.206
Não circulante			23.935	13.811	-	37.746
Total			40.713	49.076	(30.837)	58.952

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir apresentamos a composição do saldo de debêntures por vencimento (*aging list*):

	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	Total
Consórcios	21.206	10.862	9.511	8.596	5.166	2.803	665	143	58.952
Total	21.206	10.862	9.511	8.596	5.166	2.803	665	143	58.952

16. Arrendamentos financeiro e de direito de uso**16.1. Política contábil**

A Companhia avalia se um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. A Companhia pode compor o total de arrendamento por ônibus, imóveis, guichês e locação de espaço de bagageiros. Tais arrendamentos são negociados individualmente e contém diversos termos e condições. Como arrendatária, a Companhia, ao determinar o prazo executável do arrendamento, considera todos os fatos e circunstâncias que criam incentivo econômico para exercer a opção de extensão, ou criam desincentivos econômicos para não exercer a opção de término antecipado.

16.2 Arrendamentos financeiros**16.2.1. Composição**

	31/12/2025	31/12/2024
Arrendamento Mercantil no início do exercício	156.991	142.330
Captação (a)	126.629	54.899
Amortização	(76.823)	(53.911)
Juros pagos	(8.627)	(7.631)
Juros apropriados	23.093	7.530
Variação monetária	27.027	13.774
Arrendamento Mercantil no encerramento do exercício	248.290	156.991
Circulante	109.293	62.644
Não circulante	138.997	94.347
Total	248.290	156.991
Taxa média a.a.	19,76%	17,59%

Estrutura taxa média	CDI	CDI/pré-fixado/Selic
-----------------------------	------------	-----------------------------

(a) O saldo refere-se à contratação de leasing para aquisição de ônibus destinados à operação da Companhia.

A seguir apresentamos a composição do saldo de arrendamentos financeiros por vencimento (*aging list*):

	2026	2027	2028	2029	Total
Arrendamento	109.293	73.692	46.763	18.542	248.290
Total	109.293	73.692	46.763	18.542	248.290

16.3. Arrendamento de direito de uso**16.3.1. Composição**

	31/12/2025	31/12/2024
Passivo de arrendamento no início do exercício	28.686	37.730
Captação (a)	95.037	-
Amortização	(86.203)	(24.048)
Juros pagos	(14.500)	(6.357)
Juros apropriados	14.487	6.357
Variação monetária	64.483	15.004
Passivo de arrendamentos no encerramento do exercício	101.990	28.686
Circulante	24.502	14.527

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2025	31/12/2024
Não circulante	77.488	14.159
Total	101.990	28.686

(a) O saldo refere-se a arrendamentos de imóveis.A seguir apresentamos a composição do saldo de arrendamento de direito de uso por vencimento (*aging list*):

	2026	2027	2028	2029	2030	2031	Total
Arrendamento direito de uso	24.502	20.396	18.681	21.279	15.693	1.439	101.990
Total	24.502	20.396	18.681	21.279	15.693	1.439	101.990

A Companhia avaliou e identificou contratos com componentes de arrendamento, que está dentro do escopo de aplicação do CPC 06 (R2).

O reconhecimento inicial considerou um fluxo financeiro de todos os contratos de: *Finame*, *Leasing*, *CDC* e *Capital de Giros*, deste montante resultou na Taxa Interna de Retorno (TIR). A revisão da taxa é realizada anualmente pela análise do fluxo financeiro de todos os contratos de financiamento.

Os efeitos inflacionários em 31 de dezembro de 2025, em comparação com o fluxo real, foram projetados utilizando o Índice nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 4,26% a.a. para dezembro de 2025 divulgado pelo IBGE, e representam os seguintes montantes:

	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo real		
Arrendamentos - Direito de uso	116.480	39.632
(-) Juros a apropriar	(14.490)	(10.946)
Fluxo inflacionário		
Arrendamentos - Direito de uso	121.442	41.546
(-) Juros a apropriar	(15.107)	(11.475)

17. Fornecedores**17.1. Política contábil**

Os fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios. Tais obrigações, são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros, caso aplicável.

17.2. Composição

	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores nacionais (a)	133.704	59.970
Total	133.704	59.970
Circulante	120.577	40.236
Não circulante	13.127	19.734
Total	133.704	59.970

A seguir apresentamos o *aging list* de fornecedores, conforme saldo apresentado acima:

	2026	2027	2028	2029	Total
Fornecedores nacionais	120.577	8	10.627	2.492	133.704

(a) A variação no saldo reflete parcialmente em fornecedores decorrentes principalmente de: (i) antecipação de recebíveis negociadas com instituição financeira; (ii) obrigações relacionadas à aquisição de veículos no contexto da compra das empresas Universo e Daytona.

18. Obrigações de risco sacado

18.1. Política contábil

As operações de risco sacado são inicialmente reconhecidas pelo custo de aquisição, correspondente ao valor da compra contratada com o fornecedor. Após o reconhecimento inicial, os passivos decorrentes de operações de risco sacado são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os encargos financeiros incorridos ao longo do prazo contratual são apropriados ao resultado como despesa financeira, de forma linear ou com base na taxa efetiva, refletindo o custo real do financiamento. A baixa do passivo de risco sacado ocorre quando a obrigação é liquidada. A liquidação se dá no momento do pagamento ao banco financiador, extinguindo o passivo financeiro anteriormente reconhecido.

18.2. Composição

A Companhia mantém parcerias com instituições financeiras, como a Pagol¹, para a antecipação de pagamentos relacionados à aquisição de produtos junto ao fornecedor Vibra Energia S.A. A taxa aplicada é de 21,987 e 24,0% ao ano, com prazo médio de 180 a 240 dias para liquidação.

	31/12/2025	31/12/2024
Obrigações risco sacado	89.384	64.416
(-) Ajuste a valor presente	(7.232)	(2.554)
Total	82.152	61.862

¹Partes relacionadas

19. Obrigações tributárias

19.1. Política contábil

As obrigações tributárias são reconhecidas no passivo com base nos valores apurados ou estimados a pagar aos entes governamentais, de acordo com a legislação tributária vigente. Compreendem tributos diretos e indiretos incidentes sobre as operações da entidade, como imposto de renda, contribuição social, PIS, Cofins, ICMS, ISS, entre outros. O reconhecimento é feito pelo regime de competência, independentemente do seu pagamento, sendo regularmente atualizadas conforme alterações legais e apurações periódicas.

	31/12/2025	31/12/2024
Cofins a recolher	2.513	2.641
INSS sobre contribuições previdenciárias (a)	38.325	49.073
(-) Depósito judicial ICMS (b)	(60.320)	(60.320)
ICMS	63.071	63.568
INSS	22	9
IRRF	4.320	3.998
Impostos retidos (PIS/Cofins/CSLL e ISS)	263	216
PIS a recolher	542	571
Outros	14	7
Total	48.750	59.763
Circulante	10.426	10.690
Não circulante	38.324	49.073
Total	48.750	59.763

(a) Em 2016, a Companhia iniciou as compensações do INSS devido com créditos decorrentes da indevida incidência da contribuição previdenciária sobre valores e rubricas que não correspondem ao conceito de salário-de-contribuição, tais como: descontos de coparticipação de benefícios e os 15 (quinze) primeiros dias de afastamento do empregado, por doença ou acidente, assim como no que tange ao adicional de 1/3 (um terço) sobre as férias. Considerando que todas as tomadas de créditos ainda não foram homologadas, a título de garantir o postulado da prudência, adotamos o registro dos passivos referentes a esta obrigação até que a devida compensação tenha seu processo de análise finalizado pela Secretaria da Receita Federal.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) O saldo refere-se ação direta da incidência do ICMS sobre o transporte de passageiro por via terrestre. Os valores discutidos foram depositados judicialmente e a ação foi julgada improcedente, ou seja, não obtivemos êxito, estamos aguardando os autos serem arquivados definitivamente para compensarmos os depósitos judiciais de ICMS.

20. Parcelamentos fiscais

20.1. Política contábil

Os parcelamentos fiscais são reconhecidos no passivo pelo valor presente das obrigações assumidas, conforme os termos dos programas de parcelamento disponibilizados pelos estados e Receita Federal. Os encargos financeiros incidentes são apropriados ao resultado pelo regime de competência. Os passivos são atualizados periodicamente com base nos encargos legais previstos nos respectivos parcelamentos e classificados no passivo circulante e não circulante, conforme seus vencimentos.

20.2. Composição

O Grupo Comporte aderiu aos parcelamentos dos impostos (ICMS, PIS, Cofins, IRFF, INSS, CPRB, IRPJ e CSLL) disponibilizados pelo governo.

	31/12/2025	31/12/2024
Parcelamentos Estaduais	2.242	5.153
Parcelamentos Federais	47.666	57.894
Total Refinanciamentos Fiscais	49.908	63.047
Circulante	17.877	22.800
Não Circulante	32.031	40.247
Total	49.908	63.047

Aging list

	2026	2027	2028	2029	2030	Total
Parcelamentos fiscais	17.877	14.589	12.989	3.071	1.382	49.908
Total	17.877	14.589	12.989	3.071	1.382	49.908

21. Obrigações trabalhistas

21.1. Política contábil

As obrigações trabalhistas correspondem aos valores devidos aos colaboradores em decorrência da legislação trabalhista e previdenciária vigente. Essas obrigações são reconhecidas contabilmente no passivo à medida que os serviços são prestados pelos colaboradores, sendo mensuradas com base nas remunerações contratuais e encargos incidentes até a data do balanço.

21.2. Composição

	31/12/2025	31/12/2024
Férias	57.611	48.265
Salários a pagar	18.218	15.050
INSS a recolher	12.022	9.496
FGTS a recolher	4.308	3.740
Contribuições	42	20
Total	92.201	76.571

22. Outras obrigações

22.1. Política contábil

As outras obrigações compreendem passivos de natureza diversa que não se enquadram nas classificações específicas de fornecedores. Essas obrigações são mensuradas pelo valor nominal, acrescido de juros, encargos ou ajustes previstos contratualmente, quando aplicável, e classificadas como circulantes ou não circulantes de acordo com a expectativa de liquidação.

22.2. Composição

	31/12/2025	31/12/2024
Taxa de fiscalização	682	685
Aquisição de cotas (a)	7.705	8.743
Obrigações folha de pagamento a pagar	5	-
Outras contas a pagar	7.921	13.149
Total	16.313	22.577
<hr/>		
Circulante	10.795	11.575
Não circulante	5.518	11.002
Total	16.313	22.577

(a) O saldo é composto pela aquisição da empresa Expresso de Prata Ltda, a previsão de pagamento da última parcela será em março de 2028. O saldo devido é corrigido anualmente pelo Índice IPCA divulgado pelo IBGE.

23. Passivos contingentes

23.1. Política Contábil

Na Companhia são provisionadas as contingências no passivo não circulante, com as seguintes classificações:

- Provisão de processos cíveis: correspondem principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, inclusive morais;
- Provisão de processos trabalhistas: referem-se a diversas demandas trabalhistas movidas por ex-colaboradores de empresas prestadoras de serviços;
- Provisão de Processos Tributários: referem-se substancialmente a autos de infração e execuções fiscais da Companhia.

A Companhia reconhece uma provisão quando utilizamos os seguintes critérios:

- Há obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado;
- É provável que tenha uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação;
- Possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Atendendo aos critérios acima, contabilizamos os casos definidos como prováveis, diante das faixas de risco.

Os ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia não possui ativos contingentes.

Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados (Nota Explicativa nº 22), e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

Para a mensuração da provisão, o valor reconhecido deve ser a melhor estimativa do desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço. Essas estimativas são definidas pelos assessores jurídicos, baseando-se na experiência de atuação da sua área e históricos de outros processos.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23.2. Composição

A Companhia possui certos processos de natureza trabalhista, cível e tributário, cuja possibilidade de desfecho foi considerada provável, suportada por seus assessores jurídicos, sendo registrada provisão como segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Processos cíveis	2.624	2.331
Processos trabalhistas	3.946	2.175
Processos tributários	15	15
Total	6.585	4.521

23.3. Movimentação dos passivos contingenciais

	Saldo em 31/12/2024	Adições	Reversões	31/12/2025
Processos cíveis	2.331	293	-	2.624
Processos trabalhistas	2.175	1.926	(155)	3.946
Processos tributários	15	-	-	15
Total	4.521	2.219	(155)	6.585

Em função da quantidade de processos nos quais a Companhia está envolvida e das particularidades de cada processo não é possível determinar ou estimar o prazo de desembolso deste grupo de passivos contingentes. A Companhia acredita que as estimativas relacionadas a conclusão dos processos e a possibilidade de desembolso futuro podem mudar em face do seguinte: **(i)** instâncias superiores do sistema judicial podem tomar decisão em caso similar envolvendo outra empresa, adotando interpretação definitiva a respeito do caso e, conseqüentemente, antecipando a finalização de processos envolvendo a Companhia, sem qualquer desembolso ou implicando na necessidade de liquidação financeira do processo; e **(ii)** programa de incentivo ao pagamento dos débitos, implementados no Brasil a nível federal e estadual, em condições favoráveis que podem levar ao desembolso inferior ao que se encontra provisionando ou inferior a valor da causa.

Além das provisões para contingências registradas, as Controladas da Companhia encontram-se envolvidas em outras demandas judiciais, que nos nossos assessores jurídicos julgamos como sendo de perda possível, portanto, não requerem registros contábeis. Vide composição a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Processos cíveis	48.349	47.490
Processos trabalhistas	11.521	7.820
Processos tributários	239.910	203.605
Total	299.780	258.915

24. Patrimônio líquido

24.1. Capital social

O capital social da Companhia, totalmente subscrito em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$263.842, é composto por 166.844 ações ordinárias nominativas, de propriedade de pessoas jurídicas residentes no país, assim distribuídas.

Acionistas	%	Quantidade de ações	
		31/12/2025	31/12/2024
Comporte Participações S/A	100%	166.844.393	166.844.393
Total	100%	166.844.393	166.844.393

24.2. Reserva de incentivos fiscais

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o valor de R\$40.997 refere-se à subvenção governamental da Lei nº 11.196/2005 (Lei do Bem).

24.3. Retenção de lucros

a) Reserva de lucros

A Reserva de lucros foi constituída dentro dos preceitos legais, está representada a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Retenção de lucros	126.083	77.134
Reserva de incentivos fiscais	-	(3.618)
Dividendos obrigatórios	(35.534)	(16.739)
Reserva legal	(7.481)	(3.714)
Ajuste de exercícios anteriores	-	(12)
Efeitos da incorporação	-	(1.255)
Resultado do exercício	149.617	74.287
Total	232.685	126.083

b) Reserva legal

Em 31 de dezembro de 2025, a reserva legal é constituída com a destinação de 5% do lucro do exercício, até alcançar 20% do capital social, e sua utilização está restrita à compensação de prejuízos, após terem sido absorvidos os saldos de lucros acumulados e das demais reservas de lucros e ao aumento do capital social a qualquer momento a critério da Companhia.

25. Receita líquida

25.1. Política contábil

A receita bruta de serviços compreende o valor justo da contraprestação a receber ou recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita não é reconhecida quando há incerteza significativa quanto à sua realização.

Receita de Prestação de Serviços

A receita proveniente do transporte de passageiros rodoviários é reconhecida quando os serviços são executados. Ela é apresentada pelo valor bruto e, subsequentemente, deduzida dos tributos incidentes sobre os serviços, abatimentos, descontos comerciais e taxas.

As receitas correspondentes ao transporte urbano de passageiros são reconhecidas levando em consideração as obrigações com o poder concedente, podendo ser mensuradas nas demonstrações financeiras mediante contraprestação de passageiros transportados ou venda de passagens.

Receita de alienação de bens utilizados na prestação de serviços

A receita proveniente da venda de imobilizado é reconhecida quando os riscos e benefícios econômicos significativos inerentes à propriedade são transferidos ao comprador, o que ocorre quando se efetiva a transferência da propriedade do bem, evidenciada pela emissão da nota fiscal de venda.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro.

Tributação sobre as receitas – Empresas tributadas com base no Lucro Real

As receitas de prestação de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Alíquotas
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	De 12% a 22%
Contribuição para Seguridade Social (Cofins) - Cumulativo e não cumulativo	3% e 7,6%
Programa de Integração Social (PIS) - Cumulativo e não cumulativo	0,65% e 1,65%
Impostos Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN)	De 2% a 5%
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) - Transporte de passageiros	1,60%

A partir da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, as contribuições para o PIS e para o Cofins passaram a ser apuradas pela sistemática não cumulativa, porém as receitas de transporte rodoviário de passageiros em qualquer modalidade estão sujeitas à tributação cumulativa. Exceção às receitas decorrentes da prestação de serviços regulares de transporte coletivo rodoviário no âmbito municipal e intermunicipal metropolitano de passageiros que passaram a ser tributadas com alíquota zero a partir de maio de 2013, em relação às contribuições para o PIS e para o Cofins, conforme MP 617 de 31 de maio de 2013, convertida na Lei nº 12.860, de 11 de setembro de 2013.

Esses encargos são contabilizados como deduções de vendas. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/Cofins são contabilizados reduzindo o custo dos serviços prestados.

Em 2015, o Decreto nº 8.426 de 1º de abril restabeleceu a incidência de PIS e Cofins sobre as receitas financeiras, nas seguintes alíquotas:

Programa de Integração Social (PIS)	0,65%
Contribuição para Seguridade Social (Cofins) - Sobre receitas financeiras	4,00%

25.2. Composição

	31/12/2025	31/12/2024
Receita	1.821.268	1.629.804
Linhas urbanas	763.328	675.109
Fretamento	678.975	590.913
Linhas rodoviárias	317.957	314.000
Turismo	42.584	33.597
Linhas suburbanas	18.413	16.143
Outras receitas	11	42
Impostos e contribuições	(127.241)	(111.033)
Cofins	(28.654)	(25.544)
Contribuição previdenciária	(28.720)	(20.513)
ICMS	(55.661)	(51.809)
ISS	(7.997)	(7.633)
PIS	(6.209)	(5.534)
Outras deduções (a)	(54.919)	(52.059)
Total	1.639.108	1.466.712

(a) Os saldos referentes a outras deduções são compostos pelas taxas sobre as prestações de serviços e pelo desconto na venda de passagem eletrônica, através do BPE – Bilhete de passagem eletrônica que é um documento fiscal eletrônico, que deve ser emitido pelas empresas de transporte rodoviário, sendo permitido registrar o desconto na venda da passagem.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Custos, receitas (despesas) operacionais

Apresentamos a seguir, as receitas, custos e despesas da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

	31/12/2025	31/12/2024
Custos		
Pessoal	(636.607)	(529.944)
Combustível e lubrificantes	(295.604)	(275.986)
Depreciação e amortização	(130.894)	(101.029)
Outros custos operacionais	(17.236)	(19.063)
Prestação de serviços	(24.320)	(26.309)
Materiais de manutenção e reparo	(43.861)	(39.688)
Legalização de veículos	(12.415)	(9.821)
Pedágio	(26.485)	(25.098)
Conservação de bens e instalações	(5.922)	(5.639)
Pneus e materiais de rodagem	(7.629)	(8.138)
Arrendamento mercantil e locação de bens	(598)	230
Total custos	(1.201.571)	(1.040.485)
Despesas comerciais		
Despesas com venda de passagens e agências	(11.324)	(9.622)
Pessoal	(14.079)	(13.582)
Outras despesas comerciais	(2.948)	(385)
Arrendamento mercantil e locação de bens	(1.043)	(1.584)
Prestação de serviços	-	(23)
Total despesas comerciais	(29.394)	(25.196)
Despesas gerais e administrativas		
Prestação de serviços	(77.320)	(65.926)
Outras despesas administrativas	(24.551)	(19.004)
Pessoal	(39.171)	(57.676)
Despesas tributárias	(12.250)	(10.175)
Depreciação e amortização	(10.848)	(10.180)
Arrendamento mercantil e locação de bens	(10.286)	(5.450)
Despesas com veículos de apoio	(3.091)	(2.689)
Conservação de bens e instalações	(2.921)	(3.000)
Provisão e reversão de contingências	(2.065)	2.879
Seguros	(1.079)	(380)
Multas fiscais e compensatórias	(6.163)	(7.481)
Total despesas administrativas	(189.745)	(179.082)
Outras receitas operacionais		
Recuperação de custos e despesas	21.027	1.620
Recuperações eventuais	6.269	6.645
Receitas tributárias	4.638	6.170
Locação de espaço e veículos	2.973	3.653
Gerenciamento de seguros	1.822	2.208
Receita com aluguéis	1.769	1.794
Taxa administração e conveniência	1.244	1.309
Recuperação de indenizações	1.339	1.626
Recuperação de sinistros	831	821
Sucatas	542	479
Cartão magnético	63	66
Comissões	53	51
Outras receitas operacionais	11	67
Total outras receitas operacionais	42.581	26.509
Total receitas (despesas) operacionais	(176.558)	(177.769)

27. Resultado financeiro

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras	15.827	6.847
Receitas de aplicações financeiras	10.393	4.009
Juros ativos	3.840	1.615
Variações monetárias ativas	1.037	510
Outras receitas financeiras	528	370
Descontos obtidos	29	286
Ajuste a valor presente	-	57
Despesas financeiras	(290.116)	(176.381)
Juros/encargos sobre empréstimos e financiamentos	(171.554)	(94.963)
Variações monetárias passivas	(32.363)	(14.540)
Juros sobre debêntures	(23.377)	(24.781)
Juros sobre arrendamentos	(25.364)	(12.223)
Ajuste a valor presente	(11.920)	(6.343)
Taxas de administração - Consórcio de veículos	(10.866)	(12.590)
IOF	(6.973)	(5.191)
Comissão sobre captação de recurso	(4.561)	(1.782)
Tarifas bancárias	(1.756)	(1.525)
Outras despesas financeiras	(736)	(1.919)
Antecipação de recebíveis	(350)	-
Descontos concedidos	(175)	(253)
Juros passivos	(52)	(17)
Custo com emissão de debêntures	(69)	(254)
Total	(274.289)	(169.534)

28. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Os instrumentos financeiros utilizados pela Companhia correspondem a caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, debêntures a receber e a pagar, arrendamentos financeiros, bem como empréstimos e financiamentos contratados em condições normais de mercado. Esses instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais visando liquidez, rentabilidade e minimização de riscos, classificados como instrumentos financeiros avaliados ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Considerando o prazo e as características destes instrumentos, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

A Companhia adota políticas e procedimentos de controle de riscos, conforme descrito a seguir:

a) Política de gestão de riscos financeiros

A Companhia possui e adota política de gerenciamento de risco que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos desta política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas, a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Os limites de crédito também são revisados periodicamente.

A Companhia está exposta aos riscos de mercado relacionados às suas atividades, à flutuação das taxas de juros com o intuito de minimizar os efeitos, a Controladora utiliza instrumentos de acordo com a política de gerenciamento de risco estabelecida, e nos seus termos, os riscos de mercado são protegidos adequadamente a cada circunstância e riscos inerentes para suportar a estratégia corporativa, ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

b) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora e gerência permanentemente os níveis de endividamento de acordo com sua política interna, a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos periodicamente os limites de crédito. A política de gerenciamento de risco da Companhia foi estabelecida pela Administração, e nos seus termos, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa, ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

c) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação financeira prevista em um instrumento financeiro ou contrato, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito, principalmente com relação a contas a receber, depósitos em instituições bancárias, aplicações financeiras e outros instrumentos financeiros mantidos ativos com instituições financeiras.

d) Risco de liquidez

A Companhia monitora permanentemente o risco de escassez de recursos e mantém o planejamento de liquidez corrente, com o objetivo de manter em seu ativo saldo de caixa e investimentos de alta liquidez, flexibilidade por meio de linhas de créditos para empréstimos bancários, além da capacidade para tomada de recursos por meio do mercado de capitais de modo a garantir sua continuidade operacional. O prazo médio de endividamento é monitorado de forma a prover liquidez no curto prazo, analisando parcela, encargos e fluxo de caixa.

e) Risco de taxas de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado, com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade destas taxas.

f) Valorização dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos são descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização:

Caixa e equivalentes de caixa

O valor de mercado desses ativos não difere dos valores apresentados nas demonstrações financeiras. As taxas pactuadas refletem as condições usuais de mercado.

Conta a receber e a pagar

Registrados com base no valor nominal dos títulos e avaliado pelo conceito de custo amortizado.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Empréstimos, financiamentos e arrendamentos

Registrados com base nos juros contratuais de cada operação. Para a realização do cálculo do valor de mercado, foram utilizadas estimativas de taxa de juros para a contratação de operações com prazos e valores similares. O valor justo dos empréstimos e financiamentos, registrado com base nos juros contratuais de cada operação, não difere significativamente dos valores apresentados nas demonstrações financeiras.

Ativos, conforme balanço patrimonial	31/12/2025			31/12/2024		
	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	-	161.431	161.431	-	187.806	187.806
Contas a receber	-	441.296	441.296	-	337.519	337.519
Partes relacionadas	-	229.587	229.587	-	290.459	290.459
Outros créditos	-	138.450	138.450	-	71.140	71.140
Total	-	970.764	970.764	-	886.924	886.924

Passivos, conforme balanço patrimonial	31/12/2025			31/12/2024		
	Passivos ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Passivos ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
Fornecedores	-	133.704	133.704	-	59.970	59.970
Risco sacado a pagar	-	82.152	82.152	-	61.862	61.862
Empréstimos e financiamentos	1.090.168	158.693	1.248.861	789.308	90.594	879.902
Debêntures	-	97.669	97.669	-	188.219	188.219
Arrendamentos a pagar	-	248.290	248.290	-	156.991	156.991
Arrendamentos por direito de uso	-	101.990	101.990	-	28.686	28.686
Consórcio	-	58.952	58.952	-	40.713	40.713
Partes relacionadas	-	37.536	37.536	-	23	23
Outras Obrigações	-	16.313	16.313	-	22.577	22.577
Total	1.090.168	935.299	2.025.467	789.308	649.635	1.438.943

g) Gestão de capital

A Companhia busca a otimização de sua estrutura de capital com a finalidade de satisfazer suas necessidades operacionais, objetivando uma estrutura que considera parâmetros adequados para os custos financeiros. O quadro a seguir demonstra a estrutura de capital da Companhia com o financiamento por capital próprio e por capital de terceiros.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2025	31/12/2024
Empréstimos e financiamentos	(1.248.861)	(879.902)
Debêntures	(97.669)	(188.219)
Arrendamentos financeiros	(248.290)	(156.991)
Debêntures a receber	42.182	28.213
Caixa e equivalentes de caixa	161.431	187.806
Dívida líquida	(1.391.207)	(1.009.093)
Patrimônio Líquido	(554.481)	(440.398)
Total do capital (a)	(1.945.688)	(1.449.491)
Índice de alavancagem financeira (b)	71,5%	69,6%

(a) Total do capital é determinado por meio da somatória da dívida líquida com o patrimônio líquido;

(b) Índice de alavancagem financeira é determinado pela divisão da dívida líquida pelo capital total.

29. Imposto de renda e contribuição social

29.1. Política contábil

Empresas tributadas com base no Lucro Real – Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) correntes e diferidos

O Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 por ano para o imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social sobre o lucro, limitada a 30% do lucro real.

A despesa do Imposto de Renda (IR) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro corrente e diferido são reconhecidos no resultado.

Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente

Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais, e são demonstrados no ativo ou passivo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização e/ou liquidação. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor na data do balanço.

Os impostos correntes são os impostos a pagar ou a receber esperados sobre o lucro ou prejuízo tributável de IR e base negativa de CSLL, respectivamente do exercício, a taxas de impostos decretadas na data da apresentação das demonstrações financeiras.

Imposto de renda e contribuição social diferidos (ativos e passivos)

Impostos diferidos são gerados por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis na medida em que é provável a existência de lucro tributável futuro contra o qual possa ser utilizado, a não ser que o ativo fiscal diferido surja do reconhecimento inicial do ativo ou passivo na transação que:

- Não é uma combinação de negócios;
- No momento da transação não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os créditos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social são registrados com base na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros da Controladora e de suas controladas, observadas as limitações legais. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto:

- Quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro/prejuízo fiscal;
- Impostos diferidos (IR e CSLL) estão reconhecidos no passivo circulante para as diferenças temporárias de curto prazo e não circulante para as diferenças em que há segregação de curto e longo prazo. São mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o passivo será liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) vigentes na data do balanço; e
- Impostos diferidos (IR e CSLL) relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido em conta de ajuste de avaliação patrimonial também são registrados no patrimônio líquido e não na demonstração do resultado.

29.2. Imposto de renda e a contribuição social diferidos

	31/12/2025	31/12/2024
CSLL sobre base negativa	4.746	4.730
IRPJ sobre prejuízos fiscais	13.184	13.139
Diferenças temporárias		
Depreciação econômica x fiscal	(73.698)	(147.527)
Provisão de estimativa para crédito de liquidação duvidosa	342	351
Provisão para demandas judiciais e administrativas	2.322	1.537
Impacto do arrendamento de direitos de uso	1.681	1.150
Totais débitos/créditos fiscais líquidos	(51.423)	(126.620)
Ativo não circulante	22.275	20.907
Passivo não circulante	(73.698)	(147.527)
Total	(51.423)	(126.620)

29.2.2. Análise da alíquota efetiva do imposto de renda e a contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro, calculados pela aplicação da alíquota fiscal, combinada com as despesas debitadas ao resultado, estão assim apresentados:

	31/12/2025	31/12/2024
Resultado antes do IRPJ e da CSLL	74.420	131.359
Alíquota	34%	34%
IRPJ e CSLL pela alíquota fiscal combinada	(25.303)	(44.662)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva		
Provisões temporária	(844)	(168)
Despesas não dedutíveis ou tributáveis	(2.267)	(774)
Adições permanentes	(73.809)	(50.020)
Exclusões permanentes	102.454	77.438
Ganho e perda de equivalência patrimonial	(255)	316
Imposto diferido constituído	75.197	(47.091)
Incentivos fiscais - PAT	-	160
Compensação da base negativa/prejuízo fiscal	-	3.880
Incentivos fiscais - Subvenção (Lei do Bem)	-	3.618
Incentivos à cultura e esporte	-	207
Parcela isenta do adicional de 10%	24	24
IRPJ e CSLL apurados	75.197	(57.072)
Corrente	-	(9.981)
Diferido	75.197	(47.091)
IRPJ e CSLL no resultado do exercício	75.197	(57.072)
Alíquota efetiva	101,04%	(43,45)%

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

29.2.3. Imposto de Renda e Contribuição Social e diferidos

	31/12/2025	31/12/2024
Tributos correntes	-	(9.981)
Imposto de renda corrente	-	(9.906)
Contribuição social corrente	-	(3.693)
Receita Subvenção IRPJ	-	2.643
Receita Subvenção CSLL	-	975
Tributos diferidos	75.197	(47.091)
Imposto de renda diferido	55.292	(34.626)
Contribuição social diferida	19.905	(12.465)
Total	75.197	(57.072)

30. Cobertura de seguros (não auditado)

Devido à natureza de suas operações, a Companhia está exposta a riscos de desembolsos ocasionados, principalmente, por sinistros de trânsito. Para garantir exposição menor a estes riscos a Companhia possui cobertura de seguros conforme necessidades específicas de cada filial, contratos de prestações de serviços ou contratos de concessão, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros em conformidade com o grau de risco envolvido. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram revisadas pelos nossos auditores independentes. As coberturas de seguros são:

Responsabilidade civil para danos causados a terceiros

São contratados Seguros de Responsabilidade Civil Obrigatórios (RCO), seguros de Responsabilidade Civil Facultativos de Veículos (RCF-V) e Seguros de Responsabilidade Civil (RC/MLT).

Seguros contratados	RCO	RCF -V	Vigência
Danos corporais e/ou materiais causados a passageiros	4.243.337,00	2.300.000,00	De 30/10/2025 a 30/10/2026
Danos morais causados a passageiros e terceiros não transportados	300.000,00	160.000,00	De 30/10/2025 a 30/10/2026
Despesas de recomposição de documentos de passageiros	300,00	300,00	De 30/10/2025 a 30/10/2026
Danos corporais causados a terceiros não transportados	150.000,00	150.000,00	De 30/10/2025 a 30/10/2026
Danos materiais causados a terceiros não transportados	150.000,00	150.000,00	De 30/10/2025 a 30/10/2026

Garantia obrigatória contratual

Os seguros de garantia são contratados pela concessionária, conforme exigência do poder concedente, em caso de irregularidades na prestação de serviço de transportes de passageiros.

Beneficiário	Garantia	LMI	Vigência
Prefeitura do Distrito Federal	Executante concessionário	14.549.534,40	De 06/06/2025 a 06/06/2026
Prefeitura de Praia Grande	Executante concessionário	4.333.943,49	De 29/12/2025 a 29/12/2026
CET de Santos	Executante concessionário	7.680.476,12	De 23/05/2025 a 23/05/2026
Soc. de Trans. Col de Brasília	Executante concessionário	150.029,35	De 27/06/2025 a 27/06/2026

Acidentes Pessoais a Passageiros (APP)

A Companhia contrata seguros de acidentes a passageiros em caráter obrigatório de acordo com a exigência do contratante na prestação de serviço de fretamento contínuo e em caráter facultativo pelos passageiros na prestação de serviço de transporte rodoviário.

Seguros contratados	APP5	Vigência
Morte acidental	22.000,00	De 01/05/2023 a 01/05/2028
Invalidez permanente por acidente	22.000,00	De 01/05/2023 a 01/05/2028
Desp. Médico hospitalares e odontológicas	22.000,00	De 01/05/2023 a 01/05/2028
Outros seguros contratados	22.000,00	De 18/03/2022 a 18/03/2027

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Outros seguros

As demais situações de seguros contratadas pela Companhia são:

Seguros contratados	Cobertura	Vigência
Veículos de apoio	150.000,00	De 06/03/2025 a 06/03/2026
Fiança locatícia	94.411,20	De 02/04/2025 a 02/04/2026
Vida em grupo para colaboradores	10.000,00 a 80.000,00	De 01/12/2025 a 30/11/2026
Riscos diversos em guichês de venda de passagens	200.000,00 a 800.000,00	De 22/10/2025 a 22/10/2026
Seguro patrimonial (incêndios, roubos, danos materiais)	200.000,00 a 6.000.000,00	De 21/08/2025 a 21/08/2026

O transporte de encomendas não dispõe de seguro em virtude de ser transportado nos compartimentos de bagagens, e as principais corretoras não disponibilizam cobertura para essa atividade.

31. Evento subsequente

Nota comercial

Em 20 de fevereiro de 2026, a Companhia realizou a emissão de notas comerciais escriturais, em série única, destinadas à colocação privada, no montante total de R\$ 37.000.000,04 (trinta e sete milhões de reais e quatro centavos).

* * *